

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DE DAMARES ALVES: QUE HUMANOS SÃO CONTEMPLADOS POR ESSES DIREITOS?

Gabriela Jesus de Souza Ortega
Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
aleirbag86@yahoo.com.br

1

RESUMO

O presente artigo, fruto de reflexão teórica, busca trazer contribuições analíticas acerca do discurso da Ministra de Direitos Humanos Damares Alves. Apresenta como recorte temporal declarações retiradas do seu discurso de posse em dois de janeiro de 2019 acerca da concepção de Mulher, Família e Direitos Humanos, denominação atual do ministério. Faz uso na sua construção metodológica da abordagem qualitativa, com base na pesquisa bibliográfica e no método análise crítica do discurso (ACD). Realiza breves considerações acerca do discurso como prática social, no qual estão imbricados relações de poder, que se materializam na linguagem e tendem a representar o mundo pela ótica dos grupos dominantes.

Palavras-chave: Discurso. Análise crítica do discurso. Conservadorismo. Estado laico. Direitos Humanos.

ABSTRACT

This article, the fruit of theoretical reflection, seeks to bring analytical contributions about the discourse of the Minister of Human Rights Damares Alves. She presents as a clipping, declarations taken from her inaugural address on January 2 2019 about the conception of Woman, Family and Human Rights, the current denomination of the ministry. It makes use in its methodological construction of the qualitative approach, based on bibliographical research and the method of critical discourse analysis (ACD). He makes brief considerations about discourse as a social practice, in which power relations are imbricated, materialize in language and tend to represent the world from the perspective of dominant groups.

Keywords: Discourse. Critical discourse analysis. Conservatism. Laic State. Human rights.

INTRODUÇÃO

“O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã.”

(Damares Alves, 2019)

No dia 02 de janeiro de 2019, tomou posse com o cargo de Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Ministério criado pelo então governo de Jair Bolsonaro que substituiu o Ministério de Direitos Humanos da gestão de Michel Temer, a advogada e pastora evangélica, Damares Alves.

Cotada para o cargo com forte influência política do Ex-Senador Magno Malta, para quem trabalhou de 2014 a 2018, enquanto Assessora Parlamentar, a Ministra apresenta um currículo cultural enviesado pela ótica ideológica religiosa conservadora cristã “em defesa da vida e da família”, compatível com as lideranças ministeriais cooptadas para o governo atual, como bem declara em seu discurso de posse.

Tendo em vista que o discurso é político e também ideológico, como prática de representação do mundo, que constrói e re-constrói significados, logo, também é um instrumento de poder como afirma Foucault (1996, p.10) “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”. O objetivo deste ensaio é realizar breve análise de algumas declarações proferidas pela Ministra Damares Alves, em seu discurso de posse, acerca da sua concepção sobre Mulher, Família e Direitos Humanos, com base na Análise Crítica do Discurso (ACD), no intuito de desnudar as construções ideológicas presentes em seu texto.

De acordo com a ciência da linguagem, o discurso pode ser compreendido como uma construção linguística atrelada ao contexto social, os quais permitem o desenvolvimento de um texto e para Kress (1985):

Discursos são conjuntos de afirmação sistematicamente organizados que dão expressão aos significados e valores de uma instituição. Para, além disso, de forma marginal ou de forma central, definem, descrevem, e delimitam o que é possível dizer e o que não é possível dizer (e, por extensão, o que é possível fazer e o que não é possível fazer) em relação à área de preocupação dessa instituição (p. 07).

Gregolin (1995) afirma que o surgimento da disciplina incubida da sua análise, a Análise do Discurso (AD), ganhou consistência no final da década de 1960 e início de 1970

na França, compreendendo a passagem dos estudos linguísticos “da frase” para a linguística “texto”.

De modo que, a ótica estruturalista concebia a língua como independente, podendo ser estudada em sua totalidade a partir das regularidades apresentadas por esta. Desconsiderando, pois, as influências externas, tais como, o sujeito e as instâncias político-jurídicas e ideológicas, as quais não eram vistas como partes da estrutura: “A língua não é apreendida na sua relação com o mundo, mas na sua estrutura interna de um sistema autônomo” (MUSSALIM, 2012, p.114).

Surgindo posteriormente a necessidade de aprofundamento sobre os estudos da linguagem pela Análise do Discurso com Pêcheux, por meio de uma ruptura epistemológica com a linguística saussuriana para abarcar questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito. Sendo assim, a disciplina AD não pode ser inferida de forma isolada, todavia, como uma fusão de três ramos distintos do conhecimento, são eles: linguística, marxismo e psicanálise, no intuito de apreender o funcionamento da ideologia que se faz presente nos discursos, lugar privilegiado da sua materialidade.

Neste artigo, a ênfase será dada aos estudos da linguagem por meio de uma abordagem transdisciplinar, a qual incorpora em sua análise aspectos relacionados ao contexto histórico, sócio-cultural e político, com influência de pensadores como Karl Marx e Althusser na análise das relações de poder estabelecidas na sociedade, assim como, da leitura crítica da realidade (materialismo histórico dialético), que criaram as condições propícias para o surgimento da teoria Análise Crítica do Discurso (ACD) em 1990.

Tal teoria tem como figura de destaque, pelo seu pioneirismo, enquanto um de seus fundadores, o linguista Norman Fairclough, o qual concebe a linguagem como uma forma de prática social, da qual se pode apreender a influência das relações de poder por meio do conteúdo e da estrutura dos textos, mesclando a análise de aspectos linguísticos e gramaticais e aspectos sócio-político-culturais, por meio de uma relação dialógica com a teoria social.

Fairclough (2001) apresenta como técnica para essa leitura crítica discursiva o modelo tridimensional, este, por sua vez, compreende: texto (observações linguísticas), prática discursiva (observação de produção, reprodução, leitura e interpretação de textos) e prática social (observação das circunstâncias institucionais de um evento comunicativo), no qual se pretende trabalhar, uma vez que:

É uma tentativa de reunir três tradições analíticas, cada uma das quais é indispensável na análise de discurso. Essas são a tradição de análise textual e linguística detalhada na Linguística, a tradição macrosociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microsociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados (FAIRCLOUGH, 2001, p.100).

METODOLOGIA

Fez-se uso no decorrer deste artigo da abordagem qualitativa, por meio de um estudo exploratório, através da pesquisa bibliográfica (livros, artigos, revistas) que abrangem áreas da linguística, ciências sociais e direitos humanos e a partir de notícias coletadas em jornais de âmbito nacional (impresso e internet) acerca de algumas declarações proferidas no discurso de posse da Ministra de Direitos Humanos Damares Alves.

Buscou-se investigar nos discursos supracitados, concernentes a concepções sobre Mulher, Família e Direitos Humanos, as construções ideológicas hegemônicas, com base no Método Análise Crítica do Discurso (ACD) e no Modelo Tridimensional de Fairclough (2001), contemplando as dimensões: prática discursiva e prática social. Tal metodologia foi adotada diante da natureza do fenômeno social a ser estudado e aos objetivos que se pretendia alcançar.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

CONTEXTUALIZANDO OS DISCURSOS PROFERIDOS PELA MINISTRA DAMARES ALVES

Antes mesmo da sua posse como Ministra e das suas muitas declarações polêmicas, Damares Alves já despertava curiosidade no cenário político e tem se tornado um dos assuntos mais comentados nas redes sociais, como no twitter, de acordo com o Instituto Geledés (2019).

A advogada, ex-cessora parlamentar e pastora evangélica da Igreja Batista Lagoinha em Belo Horizonte, apresenta um histórico político marcado por incongruências do ponto de vista ideológico quanto ao cargo que ocupa atualmente, Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, antigo Ministério de Direitos Humanos.

Damares em sua trajetória pessoal, profissional e política tem se engajado em causas que dividem a opinião pública, sempre assumindo uma postura ultra conservadora, alegando defender os valores “da moral, da vida e da família”. Dentre as suas áreas de interesse, deseja-se destacar a defesa pelo Estatuto do Nascituro (projeto que pretende classificar o aborto como crime hediondo e que prevê até fornecimento de bolsas a mulheres que engravidarem

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

vítimas de estupro), as batalhas contra o ensino acerca da categoria gênero nas escolas (a que chama de “ideologia de gênero”) e a concepção deturpada que apresenta sobre feminismo (o contrário de machismo) entre tantas outras temáticas, nas quais, se pode perceber uma visão limitada dos fatos, sem respaldo científico e enviesada por conservadorismos que visam não apenas perpetuar identidades hegemônicas, como também subjugar quem fuja a essa padronização “cultural”.

Assumir um Ministério, auxiliar uma liderança que governa uma nação é motivo de orgulho, prestígio social e exige um conhecimento prévio da sua área de atuação, assim como, gerenciamento responsável quanto às atribuições específicas do cargo. Como Ministra atual da Mulher, Família e Direitos Humanos, designação já marcada por um viés ideológico que representa uma visão de mundo reacionária em ascensão, espera-se, todavia, a manutenção de um conjunto de ações preventivas, protetivas e reparadoras já garantidas constitucionalmente e com base em tratados internacionais já incorporados em nosso aparato jurídico que busca, por meio de políticas públicas, à promoção dos direitos humanos, da dignidade da pessoa humana.

A previsão quanto a fatos futuros cabe ao misticismo e não à ciência, muito embora, alguns estudos, com base em evidências de diversas ordens, possam indicar possibilidades de análise que apontem caminhos, como a que se pretende realizar neste ensaio, por meio da materialidade textual, fundamentada na Análise Crítica do Discurso e assim desvendar as construções ideológicas presentes no discurso de Damares e quais humanos serão contemplados por direitos em seu ministério.

Antes de iniciar a análise, com base no Modelo Tridimensional de Norman Fairclough (2001), ainda se faz necessário informar que por meio da Medida Provisória de nº 870/19, a qual tem “força de lei” de acordo com o art. 62 da Constituição Federal, foram definidas as competências de cada ministério. Cabendo ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos o gerenciamento de oito Secretarias Nacionais, são elas: Proteção Global, Família, Criança e Adolescente, Juventude, Pessoa Idosa, Mulher, Pessoa com Deficiência e Igualdade Racial.

Segundo o Senado Federal (2018), o Brasil se destaca negativamente no ranking de assassinatos praticados contra homossexuais no mundo, no entanto, não houve preocupação do referido governo, como percebido anteriormente, na instituição de uma secretaria específica para esse público alvo, muito menos menção de políticas e/ou diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos da população LGBT. Damares alega todavia, que a pauta acerca dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais será mantida, sem

prejuízo, em sua gestão e caberá a Secretaria Nacional de Proteção Global zelar por sua garantia.

ANÁLISE TRIDIMENSIONAL DOS DISCURSOS DE DAMARES ALVES

Como já informado anteriormente, o método de investigação para os textos que serão apresentados a seguir será a análise crítica do discurso, a partir do modelo tridimensional de Norman Fairclough (2001): texto, prática discursiva e prática social. Cabendo a ressalva, que apenas duas das três dimensões serão contempladas nesse estudo, por questões de tais dimensões, prática discursiva e prática social, apresentarem mais coerência com o objetivo final do trabalho.

A seleção quanto às declarações de Damares Alves foi realizada considerando o período de tempo de início do seu mandato como Ministra, mais especificamente o seu discurso de posse no dia dois de janeiro do presente ano, visto que, a partir de tal data cabe responsabilizações quanto a declarações, atitudes e posicionamentos, sua fala não mais representa sua opinião pessoal, todavia, uma figura pública, representante do Estado e das políticas dirigidas à promoção dos Direitos Humanos. Por questão de organização, decidiu-se mencionar todas as declarações elegidas (retiradas do discurso integral), pela ordem em que foram proferidas, para depois explicitá-las, são elas:

Declaração 1: *“O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”*

Declaração 2: *“E por falar em vida, eu falo vida desde a concepção”*

Declaração 3: *“Nossos homens, assim como nossas mulheres também serão respeitados e cuidados. Todos merecem oportunidade e apoio para cuidarem de suas famílias, seja qual for a sua configuração”*

Declaração 4: *“E neste governo, menina sera princesa e menino sera príncipe. Ninguém vai nos impedir de chamar as meninas de princesa e os meninos de príncipe. Vamos acabar com o abuso da doutrinação ideológica.”*

Declaração 5: *“Um dos desafios desse atual governo é acabar com o abuso da doutrinação ideológica, trabalharemos juntos com o poder público para construir um Brasil em que nossas crianças tenham acesso a verdade e sejam livres para pensar.”*

Declaração 6: *“Lutaremos contra a tortura, teremos um diálogo aberto com a comunidade LGBTI, nenhum direito conquistado pela comunidade LGBTI será violado.” (...) E promoveremos a educação integral voltada aos Direitos Humanos.*

Declaração 7: *“Chorei não por mim, chorei pelas meninas e meninos que são abusados, violentados e maltratados, em boa parte das vezes, na sua própria casa. Mais de 60% dos abusos acontecem dentro de casa, 95% dos abusadores são pessoas muito próximas das crianças. Algumas abusadas nas escolas, nas igrejas, nos lugares onde congregam para celebrar a sua fé, por aqueles que deveriam protegê-las”*

(Discurso de posse em 02/02/2019)

A dimensão da prática discursiva que compreende a produção, distribuição e consumo textual só pode ser compreendida pela soma de diversos fatores, entre eles o contexto social específico de fala, os membros envolvidos no seu estágio de produção, o emissor/emissores e destinatários do discurso, as relações que são feitas com outros textos e outros discursos (intertextualidade e interdiscursividade), as dimensões sociocognitivas que os participantes do discurso tenham internalizadas em sua prática social através das normas e convenções sociais, materializadas na linguagem, e que contribuam para a formação dos aspectos relacionados à identidade social de um indivíduo.

E o discurso como prática social, a partir das ações das pessoas sobre o mundo, que são determinadas pelas estruturas sociais, embora seja passível de mudança, segundo as orientações de natureza econômicas, culturais, políticas e ideológicas.

A primeira declaração destacada nesse ensaio sobre o discurso de Damares: *“O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”*, não seria possível a uma empossada Ministra que representa os Direitos Humanos caso as configurações macrossocietárias no universo produtivo do mundo do trabalho, da economia e da política não tivessem sofridas profundas alterações estruturais, capazes de provocar a ascensão de movimentos partidários ultra conservadores de direita, como os que colocaram no poder o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump e no Brasil, Jair Bolsonaro.

Os dois presidentes em questão apresentam uma postura bastante conservadora quando o assunto são políticas direcionadas ao social, às minorias, aos vulnerabilizados pela questão social e ao público alvo, no geral, abarcados pelos Direitos Humanos. Ecoa pelo mundo afora uma visão deturpada acerca da cobertura dos Direitos Humanos, que só serviriam para proteger vagabundos e bandidos e não a todos os seres que fossem “humanos”, por meio de garantias jurídicas universais contra ações ou omissões que ameaçassem a dignidade da pessoa humana, diferente não poderia ser na definição de seus representantes ministériais.

Embora para tais cargos não haja pré-requisitos impeditivos quanto à crença dos candidatos e não haja nenhum problema em ser Ministra e ser uma mulher religiosa cristã evangélica, há certa “contradição” na seleção da mesma quanto às causas que sempre defendeu e o cargo que atualmente ocupa. Quando Damares declara que “*“O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”*”, deixa explícito o seu compromisso em continuar intervindo em favor dos “seus interesses”, só que agora no ministério, interesses que não são apenas seus, mas que representam grande parcela da população que colaboraram, incisivamente, para sua chegada no poder. Sua declaração também deixa brecha para um possível conflito entre a posição do Estado como “laico”, (o qual tem como princípio a imparcialidade ao tratar de assuntos religiosos, a liberdade de crença religiosa aos cidadãos e respeito a todas as manifestações de crença, conforme o Art.5 da Constituição Federal de 1988), e sua postura religiosa inclinada ao favorecimento de um grupo específico em detrimento e temor de outro, como enfatizado pelo advérbio de modo “*terrivelmente*”.

Foucault (1996) afirmava que embora alguns discursos aparentassem ter pouco conteúdo e certa ingenuidade, também era possível fazer uma leitura sobre o que está oculto no texto, por trás dos bastidores, por meio das interdições marcadas nas frases, períodos “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (p.10).

Desse modo, através das cadeias intertextuais, é possível reconhecer as marcas deixadas por uma ideologia, como a que consta na segunda declaração da Ministra: “*E por falar em vida, eu falo vida desde a concepção*”. Ao tratar do substantivo “vida” desde a concepção, Damares está retomando discursos outrora realizados (interdiscursividade) contra a prática do aborto e a luta das feministas pela descriminalização desse ato, visto que o projeto do Estatuto do Nascituro considera o bebê na barriga da mãe como um ser humano em formação, logo, com direito inerente à vida, até nos casos de estupro. Desprezando pois, a autonomia da mulher sobre o seu ventre, sobre o seu corpo e até mesmo sobre a sua saúde

física e psíquica. Reconhece-se pois, nesse trecho, obstáculos futuros relativos à discussão dessa temática de forma mais aberta com a sociedade.

Buscando atingir uma pluralidade de sujeitos, o discurso de posse do dia dois de janeiro, da referida Ministra, pode ser considerado um texto de natureza coletiva em sua produção e distribuição. Todavia, apesar do planejamento acerca das temáticas, policiamento das abordagens e demarcações de fala, traços inerentes da pronunciadora são evidentes no texto. Na terceira declaração, busca-se ressaltar a importância que homens e mulheres terão em suas políticas, em um tom de igualdade *“Nossos homens, assim como nossas mulheres também serão respeitados e cuidados. Todos merecem oportunidade e apoio para cuidarem de suas famílias, seja qual for a sua configuração”*. Uma outra leitura possível também permite supor que tal discurso buscava amenizar a polêmica criada pelo Vice-presidente, Hamilton Mourão, sobre a verdadeira composição de uma família, há não muito tempo atrás. A preocupação de Damares é tanta, que a mesma até utiliza a sua própria composição familiar, como fuga aos padrões, para demonstrar que o governo atual respeitará todas as composições familiares.

Muito embora não demore para que a mesma dê sinais de incoerência discursiva quanto ao alcance e recepção dos destinatários do seu texto, como percebido na quarta declaração: *“E neste governo, menina será princesa e menino será príncipe. Ninguém vai nos impedir de chamar as meninas de princesa e os meninos de príncipe. Vamos acabar com o abuso da doutrinação ideológica.”*, se voltando para o debate em voga acerca da categoria de análise gênero em sala de aula. A qual, a Ministra concebe como doutrinação ideológica, que visa destruir os basilares da “família tradicional”. Surgindo pois, uma contradição com a declaração anterior. Afinal, se o governo pretende respeitar toda configuração familiar, de que maneira nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos serão levados a tratar todos como iguais, sem julgamentos, senão pelo questionamento das relações sociais permitido pelo instrumento de análise gênero?

Não só os estudos sobre a categoria de análise gênero são rebatidos, como todos aqueles que o movimento político de ultra direita considera como “ameaçadores” para a ordem pública e para a sociedade, como as ideias de cunho social marxista, as discussões acerca da heteronormatividade, os avanços sobre o feminismo e etc., presentes na quinta declaração: *“Um dos desafios desse atual governo é acabar com o abuso da doutrinação ideológica, trabalharemos juntos com o poder público para construir um Brasil em que nossas crianças tenham acesso a verdade e sejam livres para pensar.”*. Por meio desta, é possível perceber a retomada do debate sobre o Movimento Escola sem Partido

(intertextualidade) e a força, como componente acional, partindo do significado interpessoal que a autora dá as construções da realidade por meio da ideologia simbólica, ao afirmar que buscará “combater” a doutrinação ideológica no país, tendo a sua verdade como única na interpretação dos fatos.

Novamente na sexta declaração, seu discurso se torna contraditório: *“Lutaremos contra a tortura, teremos um diálogo aberto com a comunidade LGBTI, nenhum direito conquistado pela comunidade LGBTI será violado.” (...)* *E promoveremos a educação integral voltada aos Direitos Humanos.* Visto que, como é possível manter um diálogo com a comunidade LGBT, se suas causas não são vistas com respeito, como promover uma educação integral em Direitos Humanos sem abarcar a pluralidade de sujeitos existentes na sociedade e suas demandas, sem reconhecimento da diversidade sexual e sem análise crítica da realidade? Apresentando, todavia, como projeto educacional o Escola sem Partido, que ao contrário do nome, tem partido sim e está fundamentado em uma pedagogia excludente, acrítica, que invisibiliza sujeitos e busca moldar suas ações segundo identidades culturais hegemônicas, conforme já afirmava Louro (2000):

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. (texto não paginado).

Na última declaração, a sétima selecionada, Damares remete à violência física e sexual que muitas crianças e adolescentes sofrem no Brasil e lamenta o ocorrido, trazendo dados muito importantes na sua compreensão, como a de que a maioria dos abusos ocorrem no próprio lar das crianças e que, infelizmente, seus principais abusadores são pessoas de confiança das mesmas: *“Chorei não por mim, chorei pelas meninas e meninos que são abusados, violentados e maltratados, em boa parte das vezes, na sua própria casa. Mais de 60% dos abusos acontecem dentro de casa, 95% dos abusadores são pessoas muito próximas das crianças. Algumas abusadas nas escolas, nas igrejas, nos lugares onde congregam para celebrar a sua fé, por aqueles que deveriam protegê-las”.*

Tal declaração só reforça a contradição existente entre o combate exercido pela Ministra, defensora do Movimento Escola sem Partido contra a educação sexual e a abordagem da categoria de análise gênero em sala de aula e a necessidade de tais conteúdos serem incorporados de vez no currículo escolar da educação formal, visando alertar nossas crianças e adolescentes a reconhecerem tais práticas em seu convívio como violência e denunciarem o ocorrido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso como prática social está condicionado às determinações históricas, sócio-culturais e políticas de seu tempo e tende a refletir as relações de poder estabelecidas pelas estruturas sociais em uma sociedade, capaz de auxiliar na manutenção desse poder ou de provocar mudanças, segundo a produção, reprodução e interpretação textual que os sujeitos fazem na sua prática discursiva.

Desse modo, o discurso pode ser considerado como um evento comunicativo, no qual se materializa aspectos ideológicos e hegemônicos de um determinado grupo, visando potencializar seu poder de dominação sobre os demais. Uma vez que, quanto mais difundida uma ideologia, mais sólida será sua hegemonia.

Buscou-se no decorrer deste ensaio realizar breve análise acerca de algumas declarações proferidas pela Ministra Damares Alves, em seu discurso de posse, acerca da sua concepção sobre os termos Mulher, Família e Direitos Humanos, com base na Análise Crítica do Discurso (ACD), no intuito de desnudar as construções ideológicas presentes em seu texto.

Por meio dessa análise alguns caminhos podem ser apontados relativos ao seu discurso, tais como: seu texto longe de ser neutro está marcado por cadeias intertextuais que evidenciam sua visão particular de mundo; embora construído para ser consumido por sujeitos coletivos não contempla nem reconhece a realidade social que é plural quanto a questões relativas a identidades, gênero, raça, religião; realiza inferências textuais baseadas na sua crença religiosa para justificar certas posições que não fazem parte do contexto de grande parte da população e as têm como verdade absoluta, logo pretende consolidá-las por meio da imposição; apresenta contradições semânticas na ordenação de suas declarações, assumindo várias posições que se repelem e, por fim, busca estender sua prática discursiva a um número cada vez maior de pessoas para naturalizar relações de poder e ideologias particulares.

REFERÊNCIAS

BORGES, André. Estadão Política. “O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”, diz Damares Alves. Estado de São Paulo. **ESTADÃO**. 02/01/19. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,o-estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-alves,70002664861>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: DF. Senado, 1988.

BRASIL, **Medida Provisória nº 870/19**, de 01 de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF, 01/01/2019.

BORTONI, Larissa. **Brasil é o país onde mais se assassina homossexuais no mundo**. Rádio Senado. Senado Federal. 16/05/2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 2001, 2008 (reimpressão).

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura F. Almeida Sampaio. Loyola. São Paulo, 1996.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. **A Análise do Discurso: conceitos de aplicações**. Alfa Revista de Linguística, v. 39, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967/3642>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2019.

INSTITUTO GELEDÉS DA MULHER NEGRA. **Holandeses se irritam com fala de Damares sobre pais masturbarem crianças**. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/holandeses-se-irritam-com-fala-de-damares-sobre-pais-masturbarem-criancas/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

KRESS, G. **Linguistic processes in sociocultural practice**. Socio-cultural aspects of language and education. Victoria: Deakin University, 1985.

LOURO, Guacira. **Pedagogias da Sexualidade**. In. LOURO, Guacira. **O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2000.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do discurso (capítulo revisto e ampliado)**. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v. 2. 9 ed. (edição revista e ampliada). São Paulo: Cortez editora, 2012. p. 112-161.